

internacional e divisas da zona livre de PSC existente no país; proximidade a reservas naturais, áreas de proteção ambiental ou parques nacionais com fauna de suídeos silvestres; criatório de suínos localizados em áreas periurbanas ou comunidades carentes; áreas com suídeos criados extensivamente; assentamentos rurais ou reservas indígenas; estabelecimentos de criação que fornecem resíduos alimentares (lavagem) aos suídeos; proximidade a lixões; estabelecimento de criação pertencente a proprietário com propriedade em outro país ou em área endêmica; proximidade a graxarias; proximidade a quarentenários de suídeos. Outros critérios de risco foram considerados sob análise do fiscal de Defesa Agropecuária, médico-veterinário, na vistoria da propriedade, tais como: propriedade que recebe suínos de várias origens, propriedade com recebimento de refugos e proximidade a vias públicas. O número de amostras a serem colhidas foi estabelecido de acordo com a tabela 02 da NI n. 5/2009 relativa a número de suínos a serem amostrados. Os resultados de 2014 referem-se ao 4º trimestre e foram de vigilância ativa efetuada em granjas de suínos realizadas em 20 Unidades Regionais da Agência de Defesa da Defesa Agropecuária do Paraná-ADAPAR, em 138 municípios com 189 propriedades monitoradas e 3.829 amostras negativas para PSC em um rebanho total de 100.122 suínos. No primeiro semestre de 2015 foram monitoradas 102 propriedades com 2.386 amostras negativas para PSC de 77 municípios paranaenses em 18 Unidades Regionais em um rebanho total de 87.651. A vigilância em propriedades de maior risco permite o acompanhamento da situação sanitária de rebanho com produção de dados consistentes para suporte aos processos analíticos de risco na suinocultura, documentação de atividades favorecendo a aproximação entre o serviço oficial e a iniciativa privada.

Palavras-chave: Risco. Peste Suína Clássica. Suínos.

23 DISPONIBILIDADE POR MEIO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL DOS ESTADOS DO NORTE

Availability by electronic media information about the service state inspection of North States

SANTOS, T. P.1; REIS, A. C.1; PINHEIRO, R. E. E.1; CARDOSO FILHO, F. C.2; LOUREIRO, A. M.2; KLEIN JUNIOR, M. H.1

1 Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Universitário do Socopo, Bairro Socopo, CEP: 64039-350, Teresina, PI, Brasil. E-mail: mrpklein@uol.com.br.

2 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI. Av. Bezerra de Menezes, 1.820 - CEP: 60325-002. São Gerardo, Fortaleza, CE, Brasil.

Considerando a importância da internet como instrumento que possibilita a realização de pesquisas, o presente trabalho foi delineado para investigar a disponibilidade de informações na web, em portais dos governos estaduais, relativas às normatizações das atividades do serviço de inspeção estadual nos Estados do Norte do País. A pesquisa foi realizada no ano de 2013 com o uso do buscador *Google*. Para a localização das informações sobre os serviços de inspeções estaduais desenvolvidos pelos Estados foi utilizada uma sequência de buscas a partir da página principal do governo em cada Estado. Consultando os diversos menus existentes, foi estabelecido o acesso à secretaria relacionada à defesa agropecuária estadual. A disponibilidade das informações foi avaliada em função do grau de dificuldade do acesso como ótimo, regular e ruim. A pesquisa das informações quanto à disponibilidade da legislação do serviço de inspeção estadual nos sete Estados da região Norte forneceu os seguintes resultados: a) Pará - a inspeção é realizada pela ADEPARA, o seu site não disponibiliza a legislação relacionada aos serviços de inspeção estadual e foi considerado como ruim; b) Rondônia a inspeção é realizada pela IDARON, o site disponibiliza o tema na íntegra e foi considerado como ótimo; c) Tocantins - a inspeção é efetuada pela ADAPEC, a legislação foi facilmente encontrada no site, o acesso foi considerado ótimo; d) Roraima - a inspeção é realizada pela ADERR, em sua página não foi encontrado nada relacionado com a inspeção estadual e foi considerado como ruim; e) Amapá - a inspeção é realizada pela DIAGRO e as legislações não estão disponibilizadas no site e o da mesma, acesso ruim; f) Amazonas - a inspeção é realizada pela ADAF e a legislação da inspeção não é disponibilizada no site, acesso ruim; g) Acre - a inspeção é realizada pelo IDAF e no site não foi encontrado acesso à lei e ao decreto relacionado à inspeção estadual, sendo considerado ruim. Dessa forma, pode-se concluir que dos sete Estados da Região Norte do país, apenas a IDARON e a ADAPEC, respectivamente dos Estados de Rondônia e Tocantins, disponibilizam na internet as informações pertinentes ao serviço de inspeção estadual.

Palavras-chave: Internet. Inspeção sanitária. Legislação.

24 ATENDIMENTOS A SUSPEITAS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA REALIZADOS PELA AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA EM 2014

Investigation of mandatory notification diseases performed by Agência Goiana de Defesa Agropecuária in 2014

TOLEDO, D. C.1; NUNES, E. S.1; SILVA, M. O.1; LEAL, A. A.1
1 Agência Goiana de Defesa Agropecuária, Circular, nº 466, Quadra 87, Lote 02, Setor Pedro Ludovico, CEP: 74675-090, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: denise.toledo@agrodefesa.go.gov.br.

A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) é responsável por manter a sanidade animal no Estado de Goiás. Dentre as ações realizadas com essa finalidade, o atendimento à suspeita de ocorrência de doenças de notificação obrigatória figura entre as mais importantes ações de defesa sanitária, uma vez que, quando existe a suspeita, o risco de ocorrência dessas doenças também existe, sendo necessárias ações rápidas para conter a expansão de possíveis focos. Diante da importância de tal ação, o presente trabalho relata a proporção de atendimentos a suspeitas de doenças realizadas pela Agrodefesa em 2014, ressaltando-se que não foram contabilizados os atendimentos realizados em outros casos, que não os das síndromes listadas abaixo. Foram analisados os atendimentos à notificação para Síndromes Vesicular (SVE), Nervosa (SNE), Hemorrágica de Suíno (SHE) e Respiratória e Nervosa de Aves (SRN) que ocorreram de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. Os dados foram obtidos dos Formulários Iniciais (FORM-IN), preenchidos no primeiro atendimento, e dos resultados laboratoriais, comunicados à Agência pelos Laboratórios após a conclusão das análises. A porcentagem é utilizada para apresentação dos resultados do estudo. Em 2014, a Agrodefesa recebeu 133 notificações de suspeita de ocorrência de doenças, sendo que destas cinco se referiam a suspeita de SVE, 55 à suspeita de SNE e 73 a suspeita de SRN de aves. No período em questão, não foram notificadas suspeitas de ocorrência de SHE em suínos. Dos cinco atendimentos realizados visando à vigilância para SVE, dois foram diagnosticados clinicamente como Varíola, um era condizente com lesões traumáticas e dois tiveram diagnóstico laboratorial negativo para Febre Aftosa e Enfermidade Vesicular, sendo positivos para Pseudovariola Bovina. Dos 55 atendimentos realizados para SNE, 21 tiveram diagnósticos positivos para raiva, sendo sete casos em equinos, 13 em bovinos e um em ovino. Quanto aos 73 atendimentos realizados para vigilância para SRN em aves, todos eles diziam respeito à mortalidade consequente a erro de manejo, não tendo existido nenhuma suspeita fundamentada de Doença de New Castle e de Influenza Aviária. Os atendimentos realizados pela Agrodefesa no ano de 2014 são, em sua maioria, referentes à investigação de Síndrome Nervosa e Respiratória em Aves, representando 54,89% dos atendimentos realizados no período. Em segundo lugar, encontram-se os atendimentos a Síndromes Nervosas, totalizando 41,35% dos casos, sendo que destes casos, 38,18% foram diagnosticados como Raiva. Em terceiro lugar estão os atendimentos a suspeitas de Síndromes Vesiculares, com 3,76% dos casos. No período analisado, não foi realizado atendimento à suspeita de Síndrome Hemorrágica de Suínos. **Palavras-chave:** Atendimento. Notificação de doenças. Saúde animal.

25 UTILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO "5W2H" EM SAÚDE ANIMAL: PLANEJAMENTO DE AÇÕES DO PESS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PLEITO DE ZONA LIVRE DE PSC PELA OIE

Utilization of the tool "5W2H" in animal health: planning PESS actions to operation PSC free zone by OIE

LEAL, A. A.1; VAL, P. J. S. F.1; SILVA, M. O.1; VASQUEZ, R. R.1

1 Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA, Agência Goiana de Defesa Agropecuária. Av. Circular, nº 466, CEP 74823-020, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: antonio.leal@agrodefesa.go.gov.br.

O presente trabalho foi conduzido para subsidiar tecnicamente o pleito de Goiás como zona livre de Peste Suína Clássica - PSC pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, delineando e executando um Plano de Ação com a utilização do procedimento 5W2H, para a obtenção de dados à elaboração de Relatório Técnico a ser apresentado ao MAPA em maio de 2015. No mês de outubro de 2014 foi elaborado um Plano de Ação do Programa Estadual de Sanidade Suídea do Estado de Goiás (PESS) pela Agrodefesa, para execução e sensibilização de todos os atores envolvidos no processo de reconhecimento. Assim, para inclusão de Goiás na área livre da doença, foram realizados o levantamento de

informações, o acompanhamento e monitoramento de atividades e, mais precisamente, a atribuição de competências por área, aplicando-se o recurso de gestão 5W2H, que consiste basicamente na elaboração de perguntas para a obtenção das informações primordiais que servirão de apoio ao planejamento de uma forma geral, destinadas a propiciar o alcance dos resultados esperados. O estudo envolveu 246 municípios de Goiás e a metodologia da pesquisa foi a exploratória, sendo levantados dados quantitativos, opinativos, conceituais e históricos do período compreendido entre janeiro de 2014 e abril de 2015, referentes às ações do PESS, e analisados os registros pertinentes à espécie suídea incluídos no SIDAGO utilizando as informações do Relatório de Vacinação contra Febre Aftosa (VA-1), referente à etapa de vacinação de novembro/2014. Com a utilização do procedimento de gestão 5W2H foi efetuado o monitoramento das ações básicas aplicadas para ser atingido o objetivo desejado. O acompanhamento das ações do PESS por meio desse procedimento apresentou boa efetividade, a qual se mostrou extremamente prática e eficaz para o acompanhamento do cronograma de execução e das atribuições de competências e responsabilidades de todos os atores envolvidos no processo de elaboração do Relatório Técnico. Assim, as ações do Plano de Ação do Programa Estadual de Sanidade dos Suídeos na Gerência de Sanidade Animal foram concluídas em sua totalidade pela Agência Goiana de Defesa Agropecuária. Desta maneira, as atividades previstas alcançaram o resultado esperado pela execução de 100% das ações propostas. Para fins de melhor controle das ações relativas à operacionalização de programas sanitários, o 5W2H deve ser complementado com outros procedimentos de gestão, de modo a ser alcançado um melhor detalhamento das atividades, criando-se, assim, uma cultura de planejamento no ambiente organizacional do Serviço Veterinário Oficial. Apoio: FUNDEPEC-GO. **Palavras-chave:** Peste Suína Clássica. 5W2H. Saúde animal.

26 MODELAGEM EPIDEMIOLÓGICA APLICADA À AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÔMICO DE SURTOS DE FEBRE AFTOSA

Epidemiological modeling applied to the evaluation of the economic impact in an outbreak of FMD

DELLA MATA JUNIOR, R.1,2; FONSECA, F. S.1,2; AQUINO, P. L. M.2; MOZZER, O. D.1,2

1 Universidade Estadual de Montes Claros, *Campus* Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Bairro Vila Mauriceia, CEP: 39401-089, Montes Claros, MG, Brasil. 2 VALLÉE S/A, Montes Claros, MG, Brasil. E-mail: mozzzer@vallee.com.br.

A taxa composta anual de crescimento (CAGR) das exportações brasileiras de carne bovina, medida em dólares americanos, no período de 2004 a 2014, foi de 11%. Não obstante a tendência de crescimento robusta, o valor dessa atividade econômica totalizou US\$ 53 bilhões nos últimos dez anos. Dentre as enfermidades transfronteiriças, a febre aftosa é a que apresenta o maior potencial para interromper a tendência de crescimento dessa importante atividade econômica na região. A modelagem epidemiológica e econômica, em uma situação hipotética, é um instrumento valioso para subsidiar as decisões estratégicas aplicadas ao controle e prevenção de doenças transfronteiriças. O presente trabalho discute os resultados de uma simulação estabelecida para avaliar as consequências econômicas desencadeadas pela interrupção do programa de vacinação de bovinos contra a febre aftosa. Para isso, foi utilizado o simulador de propagação de doenças infecciosas norte-americano *North American Animal Disease Spread Model 4.0* (NAADSM). A modelagem epidemiológica efetuada com o emprego do NAADSM foi eficiente na geração de dados utilizados para subsidiar decisões estratégicas em relação às melhores medidas de prevenção à febre aftosa. Como exemplo de aplicação do modelo foi realizada a simulação da ocorrência de um eventual surto de febre aftosa que se espalhasse pelo Estado do Mato Grosso. Nessa simulação foi considerado que 100% da população bovina estaria suscetível à infecção pelo vírus da FA no caso de uma reintrodução da doença pós-interrupção da vacinação. Considerou-se também que o surto seria controlado com o abate sanitário dos animais sem uso de vacinas. Nesse caso, o prejuízo total gerado por perdas diretas e indiretas aos pecuaristas do Estado do Mato Grosso, sem terem sido considerados possíveis impactos em outras atividades econômicas, chegaria a aproximadamente US\$16 bilhões. **Auxílio financeiro:** Vallée S.A. **Palavras-chave:** Febre Aftosa. Modelos epidemiológicos. NAADSM.

27 PROCESSO DE DOMA E O RISCO DE INFECÇÃO PELA AIE EM EQUINOS NO PANTANAL

Taming process, and the risk of infection by the EIA in horses in the Pantanal

ABREU, U. G. P.1; LIMA, M. F. N. T.1; PETZOLD, H. V.1; DÓREA, F. C.1; CARNEIRO, L. O. H. B.1

1 Embrapa Pantanal, Rua 21 de Setembro, 1.880, CEP: 79320-900, Corumbá, MS, Brasil. E-mail: urbano.abreu@embrapa.br.

A Anemia Infecciosa Equina (AIE) é causada por um retrovírus pertencente à subfamília dos lentivírus que infecta membros da família Equidae. A AIE compromete irreversivelmente o desempenho dos equídeos, afetando diretamente a pecuária extensiva do Pantanal e até o presente é uma doença incurável. No Pantanal de Poconé - Mato Grosso foi realizado, em 2010, um levantamento em que a prevalência da AIE foi de 31,5%. No Pantanal, os equinos geralmente começam a ser domados para o serviço de campo quando estão na faixa etária de 36 a 48 meses. A doma convencional causa estresse nos animais, o que aumenta a probabilidade de os cavalos se infectarem com o vírus da AIE, em função do manejo mais intenso. Com o objetivo de estimar as probabilidades de infecção no processo de doma, foram acompanhados com coletas mensais para exame de AIE, por meio de imunodifusão em gel de ágar (IDGA), 21 equinos incluindo 13 machos e oito fêmeas. Foram realizadas sete colheitas subsequentes. Na primeira colheita, realizada em novembro de 2014, a prevalência encontrada foi 23,8%, e apenas os machos foram positivos. Na coleta de maio de 2015 (sétima coleta), havia 47,6% de positivos. Os dados foram modelados por meio de estimação de equações generalizadas (EEG), que é uma extensão do modelo linear generalizado e possibilita a modelagem das estruturas covariâncias na estimativa dos parâmetros. Todos os animais iniciaram as coletas na situação de chucros (C) e, conforme o processo de doma foi transcorrendo, eles passavam para as categorias de redomão (R). As probabilidades estimadas (%) para as categorias de C e R, respectivamente, passaram de negativo para positivo em relação à AIE, ao longo das sete coletas analisadas, foram, 40,1 e 5,5; 54,1 e 9,4; 64,8 e 13,9; 74,1 e 20,1; 78,9 e 24,8; 82,9 e 29,9; 82,9 e 29,9. Como esperado, as probabilidades ao longo do tempo foram aumentando, especialmente para os animais chucros, pois conforme eram domados, o risco de infecção aumentava. O período de doma é o período em que os equinos apresentam maior chance de contraírem a doença em função do manejo estressante da doma convencional. As estimativas de probabilidades em cada fase do processo ressaltam a necessidade da adoção de manejo com menor estresse (doma racional), o que contribuirá para diminuição do risco de infecção, com menor taxa de incidência e de prevalência da doença nos equinos do Pantanal. **Palavras-chave:** Febre do pântano. Manejo animal. Estimação de equações generalizadas.

28 ANÁLISE DE MULTICRITÉRIO PARA AVALIAR O RISCO PARA A FEBRE AFTOSA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Multicriteria analysis for assessing the risk for foot-and-mouth-disease in the state of Rio Grande do Sul

SANTOS, D. V.1,2; SOUSA E SILVA, G.1; MEDEIROS, A. A. R.1,3; BORBA, M. R.1; GROFF, F. H. S.3; MARTINEZ, B. A. F.1; TODESCHINI, B.2; CANAL, C. W.4; HASENACK, H.5; EBER, E. J.5; CORBELLINI, L. G.1

1 Laboratório de Epidemiologia Veterinária, Depto. Medicina Veterinária Preventiva, Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Bento Gonçalves 9.090, Agronomia, CEP: 91540-000, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: epilab@gmail.com.

2 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: diego.santos@agricultura.gov.br.

3 Departamento de Defesa Agropecuária, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

4 Laboratório de Virologia, Faculdade de Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

5 Laboratório de Geoprocessamento, Centro de Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

A Análise de Risco (AR) é um instrumento preconizado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) para que os países-membros interessados a utilizem para buscar um nível adequado de proteção na sanidade de seus rebanhos. Empregada há pouco mais de uma década na área da saúde animal e, portanto, considerada uma técnica recente, o uso da AR tem crescido rapidamente dentro dos Serviços Veterinários Oficiais (SVO) dos países e hoje é utilizada rotineiramente para avaliação, mensuração e mitigação de riscos. Além da AR de importação, outras relacionadas com a introdução de patógenos por animais silvestres de vida livre e aves migratórias, bioterrorismo, sistemas de vigilância e também com a saúde pública, tais como água e animais